

O CASTELO DE VALONGO - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial -

António Rei*

Resumo:

O Castelo de Valongo pertence ao concelho de Évora. De acordo às fontes escritas, e sem qualquer pesquisa arqueológica feita no local, tem sido difícil identificar o período da sua construção de raiz. Este problema dificulta a inclusão do Castelo no tempo e no espaço. Através da análise métrica desta estrutura militar, tentamos dar resposta às seguintes questões: origem, períodos de ocupação, e a sua inserção no espaço envolvente. Por este método de análise foram detectados três períodos de ocupação: romano (o período inicial), islâmico e português medieval, este indo até aos inícios do século XVI.

Palavras-chave: *Castelo. Metrologia. Romano. Islâmico. Medieval.*

Abstract

The Castle of Valongo belongs to the municipality of Évora. According to the writing sources and without no archaeological excavation made at place, has been difficult identify the period of it's original building up. This problemdifficults the Castle's inclusion in time and in space. Through the metrical analysis of that military structure, we try to give an answer to the following questions: origin , occupation periods, and it's implant in spacial environment. By this method of analysis were detected three periods of occu-pation: roman (the original one), islamic and portuguese medieaevel, this one going until the beginnings of XVI century.

I. Introdução

Esta estrutura castrense encontra-se situada numa extremidade do Concelho de Évora, na antiga freguesia de S. Vicente de Valongo. Para além da designação em epígrafe, é conhecido também como *Castelo de Montoito*, *Castelo Real de Montoito* ou apenas *Castelo Real*. Está dentro da Herdade da Grã, e dista cerca de seis quilómetros da vila de Montoito, esta já no Concelho de Redondo.

Caso *sui generis* entre as fortalezas portuguesas, não deu origem a um povoado e ainda hoje permanece, só, no alto da colina que, há muito, o viu erguer-se.

Sobre a origem deste Castelo subsistiu até ao presente uma questão que motivou duas posições por parte dos vários investigadores que sobre ele se debruçaram: os que apontavam para uma origem romana, e os que lhe atribuíam origem medieval.

Essa questão não sanada terá impedido que a estrutura fortificada fosse entendida no seu todo e nas suas várias partes, bem como as respectivas contextualizações espaciais e históricas. Tem sido sempre uma “peça” não muito fácil de encaixar, pelo que, por comodidade, é bem possível, que muitas vezes, tenha acabado por ser ignorada.

Pretendemos, através da análise métrica, “ler” o castelo em si mesmo, e desta forma contribuir para a resolução da polémica sobre a sua origem ; e para uma contextualização espacial do edifício nas várias épocas de ocupação constatadas.

*Investigador/Bolseiro FCT

II. Ponto de situação

Os autores que desde o século XIX e até ao presente se dedicaram ao estudo e à divulgação deste Castelo, por nós identificados são: Gabriel Pereira (1887), António Francisco Barata (1904), um “Montoitense” anónimo (1929), a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*[GEPB] (1935 ss.), José Pires Gonçalves (1961), Túlio Espanca (1957, 1966 e 1978), Mário Saa, (1964), Jorge de Alarcão (1973, 1974), Manuel Branco (1993), Maria Ludovina Grilo (1994-95) e nós próprios (1999).

Gabriel Pereira entende-o como romano, e Jorge de Alarcão nas duas primeiras edições (1973 e 74) do *Portugal Romano*, assim o identifica. A partir da 3ª ed., edição revista, que veio a lume em 1983, a referência ao Castelo de Valongo, bem como a sumária e equivocada planta, que a acompanhava (atribuída a Gabriel Pereira), desapareceram sem deixarem rasto.

A. F. Barata atribui-lhe origem tardo-medieval, apontando para os finais do século XV ou inícios do XVI.

Mário Saa, dá umas informações um pouco dúbias pois chama-lhe “castelo medieval”, mas refere-o colocado junto à via romana Mirobriga-Emerita, e servindo para defender esse mesmo caminho. Mas em que época? Na época romana? Na medieval? Ou em ambas?¹

Apesar desta questão de fundo entretanto não resolvida, desde o início da década de 80, ao não terem havido provas em contrário, sedimentou-se a concepção da origem medieval do edifício. Para tal contribuíram os escritos de T.Espanca, e mais recentemente, uma “memória”, da autoria de Manuel Branco, em 1993, para a D.G.E.M.N. .

Surgiu ainda posteriormente uma referência a esta fortaleza numa das notas que acompanha a publicação das Memórias Paroquiais do Concelho de Évora (1994-5), da autoria de Maria Ludovina Grilo, precisamente quando trata as Memórias referentes à paróquia de S.Vicente de Valongo, mas em que também se aponta preferencialmente a origem medieval .

Em 1999 publicámos em notícia preliminar os pontos que aqui trataremos de desenvolver².

III. Novos dados sobre o Castelo do Valongo

Perante a inexistência de quaisquer informações métricas em alguns dos autores, ou ante as discrepâncias das mesmas em outros, pois são muitas vezes vagas, provenientes de medições feitas “a olho”, e sujeitas a equívocos, levámos a cabo uma análise exaustiva das estruturas construídas e da métrica de todo o edifício.

Exporemos seguidamente (v.QUADROS infra) os nossos resultados, que poderão ser comparados com as informações dos autores anteriores.

Todos os dados métricos foram aferidos relativamente às seguintes unidades métricas:

- [PR] pé romano (29,57 cm)
- [CAP] côvado andalusi (55,8cm) / português (55,5cm)
- [CM] côvado manuelino (66cm)

A Métrica e a Construção do Castelo de Valongo

1) *Oppidum Romano*

A planta-base do Castelo inscreve-se totalmente dentro de um quadrilátero de 150 x 150 PR. Cada uma das suas torres é um outro quadrilátero com 30 x 30 PR. O espaço interno, o terreiro do castelo ou praça d’armas, inscreve-se por sua vez num quadrilátero com 120 x 120 PR. Este último tem a área exacta de um *actus quadratus*, unidade agrária romana. Podemos afirmar, portanto, que este castelo tem origem **romana**. Para todas as demais medidas do período romano constatáveis nas estruturas da fortaleza, remetemos para os QUADROS infra.

Para além das informações métricas, há também informações ao nível dos materiais de construção, e da localização espacial, que nos poderão ajudar a situar historicamente o aparecimento desta fortaleza.

Situá-la-emos no período do Baixo Império, quando começou a surgir o fenómeno do “encastelamento”, para responder à crescente instabilidade socio-económica do Império.

Mas não apenas o facto de se tratar de um recinto fortificado nos leva nessa direcção; também o facto da estrutura apresentar materiais de reaproveitamento. Entre os materiais reutilizados, temos o portal do castelo. Em arco de volta perfeita³, terá sido originalmente concebido para uma edificação bastante mais baixa, pois apresenta, na parte inferior de ambas as jambas da porta do castelo, material de enchimento, até à altura de 1,5m. Os cunhais das torres ou cubelos são reforçados por blocos de granito aparelhados, no género dos silhares romanos, presumivelmente com a mesma origem do portal, alguns dos quais ainda ostentam sinais de uma outra funcionalidade, no seu lugar de origem, antes de se terem convertido em meros materiais de construção⁴.

Todos estes materiais terão tido origem em estruturas anteriores, e posteriormente destruídas, possivelmente de uma *mansio* que existiria nesse local ou perto dele, a norte da Ribeira de Valongo⁵. Enquanto hipótese de contextualização espacial aventamos a hipótese de que essa estação de muda servisse a via que, saindo de Emerita se dirigia a Mirobriga⁶. Mais tarde, o castelo poderá ter tido a função de controlar essa mesma via.

Voltando à situação actual do imóvel, encontramos que, além de uma torre adossada à torre de menagem, já do século XVI, e que altera a planta romana, apenas se detectam mais algumas alterações da mesma planta original na torre noroeste, que apresenta sinais de ter sido alterada e transformada durante o período islâmico. São, no entanto, perfeitamente visíveis e destrincháveis, a parte romana e os acrescentos posteriores.

2) *Hisn / Ribât Islâmico*

A torre noroeste foi transformada em *qubba* - a *qubba* de Valongo -⁷, a única conhecida até este momento e que não foi posteriormente cristianizada no seu uso⁸, como na maioria dos casos que se conhecem, e que já foram inventariados e estudados⁹.

As métricas da torre-*qubba* apresentam claros valores islâmicos (cf. QUADROS infra).

A *qubba* não apenas foi coberta por cúpula¹⁰, como lhe foi criada uma entrada “em cotovelo”, típica das construções militares dos períodos almorávida e almóada¹¹; uma dessas portas do “cotovelo” ostenta o seu alfiz deliniado em argamassa; e finalmente, numa das paredes interiores da estrutura, passando a porta do alfiz, sobre a mesma porta e ao seu lado direito, em argamassa, estão, esgrafitadas, inscrições em árabe. O único autor que anteriormente indicou a presença destas inscrições, foi A. F. Barata¹²

2.1. As Inscrições Árabes

Inscritas em argamassa, a maior apresenta parte do texto no exterior e outra parte no interior de uma cercadura. A menor, pelo menos na parte visível, parece envolvida por uma cercadura simples. A cercadura da maior é mais complexa e esteticamente mais conseguida.

A inscrição menor situa-se lateralmente à porta, e está truncada por um muro construído mais tarde¹³, o que dificulta a sua perceptibilidade e acaba por impossibilitar a sua total leitura, mas entre o pouco que pode ser reconhecido, vê-se no seu início uma forma invocativa, pedindo talvez a protecção divina. A que se encontra sobre a porta, está mais completa. Trata-se de uma afirmação de teor místico, em que é afirmada a Unidade Divina, e também a ausência de qualquer “outro” na Divindade.

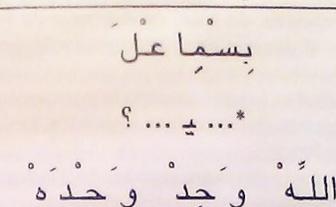
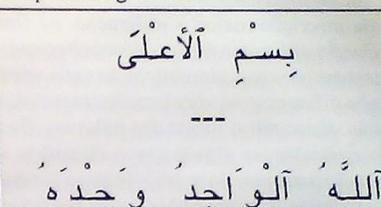
2.1.1. análise da grafia e da semântica

Podemos destas inscrições extrair as seguintes informações:

- a caligrafia de ambas é andalusî / maghribî¹⁴, embora a mais pequena tenha uma ortografia ainda mais rudimentar. A primeira apresenta vocalizações, que não encontramos na segunda. Os conhecimentos de escrita do autor são muito rudimentares, pois ambas as inscrições estão cheias de erros ortográficos.

Os mais graves e flagrantes são relativos ao Nome Divino, realmente grafado *Allîh* (e não *Allâh*), porque o autor desconheceria que a vocalização, ainda que sobre a consoante, mas sob a *shadda*, não vale *a* mas sim *i*; e ao Atributo Divino, *al-Wâhid*, o

Inscrição grande

Grafia da inscrição maior da <i>qubba</i>	Proposta de grafia correcta
	
Transcrição fonética	Transcrição fonética
Bismia ¹⁴ ... Allâh Wahid wahdah	Bismi l-A ¹⁴ lâ ... Allâh(u) l-Wâhid(u) wahdah ^(a)

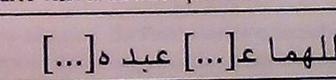
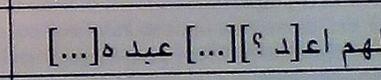
Tradução: “ Em Nome do Altíssimo

[...]*

Deus é o Único na Sua Singularidade”.

* Na linha do meio apenas se consegue reconhecer claramente uma *yâ*, pelo que não fazemos nenhuma proposta de leitura.

Inscrição pequena

Parte visível da inscrição menor	Proposta de reconstituição
	
Transcrição fonética	Transcrição fonética
Allâhumma ¹⁵ e [...] °abdu hu (/ °abda hu / °abdi hi)	Allâhumma a ¹⁵ i[d ?][...][...] °abdu hu (/ °abda hu / °abdi hi)

Tradução: “ Meu Deus, [...] o seu servo [...]”.

A nossa proposta é a seguinte: “Meu Deus, favorece[...] o seu servo[...].”

Único que surge sem o artigo *al*, que o individualiza e identifica.

O autor tenta transcrever graficamente a oralidade comum, e não escrever em árabe clássico (que nós tentámos reconstituir). Essa formulação gráfica da oralidade é perceptível, em vários indícios:

- na inscrição maior, a utilização, no final das palavras, do sinal de ausência de vogal, revelando assim também o desconhecimento de qual deveria ser a representação gráfica do respectivo caso gramatical de cada uma das palavras;

- não diferenciar as vocalizações curtas das vocalizações longas, usando sempre as curtas;

- não distinguir o limite das palavras, ligando algumas delas com as seguintes, como se pode constatar em alguns casos de ambas as inscrições.

Quanto à origem do autor, ele seria peninsular ou norte-africano, atendendo à caligrafia, e à semântica das inscrições, estas perfeitamente inseríveis num ideário almóada.

Ao nível construtivo, as entradas em arco quebrado, que existem também nas outras três torres, para além das duas que existem, respectivamente, na *qubba* e na entrada “em cotovelo”, atribuímo-las ao período islâmico. Túlio Espanca entendeu estas entradas com arco quebrado, como “góticas”, embora esteja hoje estudado e comprovado que o arco quebrado, as abóbadas nervuradas e mesmo a palavra “ogiva”, passaram à arquitectura e ao léxico do gótico francês vindos da civilização islâmica de al-Andalus¹⁵. Não cremos que esta entrada em “cotovelo”, em tudo idêntica às outras, ostentando o seu alfiz, do lado de fora, e com as inscrições do lado de dentro, seja proveniente de qualquer outra cultura que não a islâmica. Podendo o Castelo de Valongo ter servido durante os séculos VIII a XII como fortaleza rural (*hisa*), o conteúdo da inscrição maior remete-nos para a época almóada¹⁶, pelo que é de supor que a transformação do cubelo noroeste em *qubba* seja desse mesmo período. Nessa última época, a fortaleza poderá então ter funcionado como arrábida (< *ribât*)¹⁷ ou azóia (< *zawīya*)¹⁸, facto que também sucedeu, nessa mesma época, com a fortaleza de Juromenha¹⁹. Este reduto de místicos-guerreiros seria um possível ponto avançado almóada em direcção a Évora, quando esta era a única praça cristã “antre Tejo e Odiana”, entre 1181 e 1230.

3) Castelo Português

3.1. Merlões

Os merlões do castelo apresentam grandes semelhanças métricas com as medidas da *qubba* que acabámos de analisar.

Essas grandes semelhanças com o período islâmico, ter-se-ão ficado a dever à sobrevivência de métricas de origem islâmica no Reino de Portugal.

Concretamente na região onde este Castelo se insere, temos vários indícios ou documentos que falam dessa sobrevivência. Referimo-nos aos *alquiezes*²⁰ presentes em vários outros castelos desta zona, nomeadamente, os castelos de Monsaraz, Redondo e Alandroal.

No entanto, e por um pormenor de técnica construtiva subjacente a uma específica forma de fazer tiro, atribuímos os merlões do Castelo já ao período português. Estes merlões apresentam uma tipologia de clara adaptação ao tiro com besta²¹; sendo esta uma arma

ainda não utilizada no período da “Reconquista”, coloca-nos a cronologia destes merlões, decididamente, em época posterior à islâmica.

3.2. Paço Tardo-Gótico

No início do século XVI, o castelo sofreu a última intervenção arquitectónica de vulto. A torre nordeste foi subida e transformada em Torre de Menagem. Passou esta torre a ter mais dois pisos além do térreo. Ambos os pisos superiores dispõem de janela aberta a norte. O piso térreo e o intermédio ainda ostentam abóbadas nervuradas tardo-góticas tardias; sendo a do piso intermédio a mais bela. A do último piso já ruíu. O piso intermédio possui ainda, e em razoável estado de conservação, uma grande lareira. Este piso apresenta portanto uma série de vestígios que nos sugerem ter sido ele o andar nobre da residência.

A residência passou a dispor também de mais duas salas que foram construídas junto ao pano norte das muralhas. Destas duas, a sala térrea seria talvez mais uma divisão entrada e de passagem pois não tinha iluminação natural directa, enquanto a do segundo piso, o piso nobre do paço, era servida por duas grandes janelas, abertas a norte.

No que resta da sala do rés-do-chão, ainda hoje se encontram, incrustadas nas paredes, algumas das mísulas de onde arrancavam os arcos nervurados de sustentação da abóbada desta mesma dependência.

Foi adossada à Torre de Menagem uma outra torre poligonal. Esta torre foi construída para albergar as escadas em caracol que fazem ligação entre os vários andares da Torre.

Globalmente, toda esta residência apalaçada é de um tardo-gótico final, mas onde se encontram já alguns elementos clássicos.

Tanto a torre como os acrescentos do pano norte, embora ainda impregnados de um vocabulário estético já arcaizante, apresentam no entanto uma métrica nova proveniente da Reforma Manuelina de 1499, como poderemos constatar (cf. QUADROS infra).

O Castelo de Valongo, já na posse dos portugueses, passou por várias mãos, entre o século XIII e o início do século XVI, quando, neste último período, foram levadas a cabo as últimas obras de vulto na estrutura.

Não se sabe quem poderá ter tido a posse do castelo dentro desse largo período de dois a três séculos. Se Pero Eanes e Sancha Eanes, os doadores de foral a Montoito em 1270²², e depois deles alguma das suas três filhas, Clara Peres, Maria Peres e Sancha Peres²³. Ou se depois de 1286, ele terá pertencido à nova senhora de Montoito, a infanta e condessa D. Leonor Afonso, bastarda de D. Afonso III, e viúva do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa²⁴. Em 18 de Setembro de 1289 este mesma senhora, doou entre outros bens, tudo o que detinha em Montoito, à Ordem do Hospital²⁵. Talvez o castelo fizesse parte da doação.

No entanto, mais ou menos pela mesma época também Pero Eanes de Portel, o filho de João Peres de Aboim, terá detido bens em Montoito, que terão passado a Branca Peres, sua filha e esposa do infante D. Pedro, futuro Conde de Barcelos, genealogista e cronista, filho bastardo de D. Dinis²⁶. Estas terras serão, cerca de 1305, escambadas com outras em Eixo, entre estes últimos senhores e a mesma Ordem do Hospital²⁷, que assim vai aumentando o seu domínio em Montoito. Em meados do século XIV, o prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, confirma Montoito entre as posses da Ordem²⁸.

Neste castelo terá vivido um cavaleiro da Ordem do Hospital, chamado Gonçalo de

Sousa de Macedo. Tendo feito o seu testamento em Montoito, legou aos seus descendentes dois contadores italianos da Renascença²⁹. Apenas podemos situar cronologicamente este homem pelo pormenor dos contadores renascentistas. Não sabemos se terá sido anterior ou posterior aos alcaides referidos no parágrafo seguinte.

Em finais do século XV - inícios do XVI, época da construção do paço tardo-gótico, ter-se-ão sucedido como alcaides deste castelo, Rui de Sande, nobre de D.João II, que terá recebido tal cargo a 1 de janeiro de 1491³⁰. Sucedeu-lhe como alcaide D.Diogo de Castro, o qual que acabaria vendendo o cargo a João de Sande, filho do anterior Rui de Sande³¹.

CONCLUSÕES

Encontramos neste Castelo pelo menos três épocas construtivas: a romana, a islâmica e a portuguesa. Cremos que, assim, se poderá ter dado um passo decisivo para resolver a questão das origens desta fortaleza.

As três épocas construtivas não são apenas perceptíveis, de uma forma geral, através da observação e da constatação das respectivas tipologias construtivas utilizadas, mas também, e claramente, através das métricas que cada uma delas utilizava, pois estas são tão exactas que não permitem a confusão de uns períodos com outros.

Os desvios às respectivas medidas-padrão estão perfeitamente dentro do normal e do aceitável, sendo o que mais se afasta, de 6,9%. Detecta-se este maior desvio na inserção e adaptação dos merlões.

Foi neste caso que se tornou necessário haver um maior compromisso construtivo e métrico de adaptação dos merlões medievais às medidas dos panos romanos da muralha; o construtor medieval optou por umas ameias que tivessem uma medida mais exacta (desvio: +/- 0,005m [0,9%]), do que pelos merlões em si mesmos (desvio: +/- 0,035m[6,3%]), pois foi nestes elementos construtivos que se encontrou, em todo o castelo, o maior desvio relativamente à sua medida-padrão.

Agora caberá aos arqueólogos procurar mais informação no castelo e/ou na zona, pois ainda há dúvidas a esclarecer.

Notas

1 Os autores que apontaram preferencialmente a origem romana, são: Gabriel PEREIRA, "Antiguidades de Montemor-o-Novo", *Estudos Diversos* (org.João Rosa), pp.379-86, fala no Castelo de Valongo, pp.380-82; a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB)*, artigos "Valongo" (vol.34, pp.49-50) e "Montoito" (vol.17, p.781); José Pires GONÇALVES, "Monsaraz e seu Termo", *Boletim da Junta Distrital de Évora*, nºs 2-3 (1961-62), pp. 1-158(61) e pp.267-357(62), nº2 (61), p.13; Jorge de ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1ª e 2ª ed., 1973 e 74, pp. 50-51; António REI, "O Castelo de Valongo e o enigma da sua origem - notícia preliminar", *Diário do Sul*, Évora, 3 Maio 1999, p.14; IDEM, "A Métrica como Instrumento de Análise - o caso do Castelo de Valongo", *Actas do Seminário sobre Materiais Tradicionais e Técnicas de Manutenção e Restauro / Monumentos*, Lisboa, DGEMN, no prelo. Os defensores da tese da origem medieval, são: o *Montoitense* anónimo, "Montoito", *Ilustração Alentejana* nº6 (1929), Évora, p. 19; Túlio ESPANCA, *Património Artístico do Concelho de Évora*, Câmara Municipal de Évora, 1957, pp.169-72; IDEM, *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, Lisboa, ANBA, 1966, pp.379-380; Manuel BRANCO, "Memória Descritiva do Castelo de Valongo", *Inventário da DGEMN*, Évora, 1993, 3 pp.; Maria Ludovina GRILO, "O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais do Concelho de Évora (II parte)", *A Cidade de Évora*, II série, nº 1, 1994-95, pp.89-156, p. 156, n. 54. António Francisco BARATA, "O Castello Real de Montouto", Évora e os seus Arredores, Évora, 1904, pp. 11-13 + 2 fotos. Mário SAA, *As Grandes Vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio*, VI Tomos, Lisboa, s.ed., 1956-67, T. V (1964), pp. 68-69.

2 Para as referências dos últimos seis parágrafos, cf.supra n.1.

3 A.F.Barata descreve o arco da porta como "ogival"(cf.*ob.cit.*, p. 13).

4 Estes blocos poderão ter continuado a ser reutilizados ainda no período islâmico e nos inícios do século XVI, pois os acrescentos desses períodos continuam a apresentar cunhais reforçados com blocos graníticos que aparentam uma mesma origem e tipologia dos anteriores.

5 Manuel BRANCO, "Memória Descritiva do Castelo de Valongo", p.3. Apesar do mesmo autor por a hipótese de que também se pudesse tratar de uma *torre* (*idem*, p.2) em vez de uma *estação de muda*, o portal recuperado para o *oppidum / castelum* parece-nos demasiado grande e ostensivo para uma torre. A eventual destruição de uma *mansio* e a reutilização dos seus materiais para a construção de uma estrutura defensiva desta magnitude, fala-nos da decadência dos mecanismos de comunicação, de extrema importância para a manutenção do próprio Império, e da sobreposição dos interesses particulares aos interesses gerais, dando origem aos novos senhorialismos locais e à fragmentação do poder. Fala-nos também de uma economia em que já não há tanta circulação de bens, e em que cada vez mais se vai caminhar para a autarquia.

6 Mário SAA situa este *oppidum* junto à via Mirobriga-Emerita (cf.*ob.cit.*, T.IV, pp. 92 ss.[retomado no T.V,pp. 62-69]).Esta hipótese de que o *oppidum* de Valongo se situasse junto a esta via, foi-me também oralmente corroborada pelo Dr. Francisco Bilou, a quem agradeço.

7 Manuel BRANCO correlaciona esta estrutura cupulada com a tese defendida por J.P.Gonçalves no seu estudo sobre "A Cuba de Monsaraz" [v.infra n.9](cf. "Memória...", p.2).

8 T.ESPANCA aventa a hipótese, sem dúvida peregrina, de que aquela divisão tivesse sido

a “capela castelã e pública até ao século XVI”. Cf. *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, p.380.

9 Sobre as *qubbas* e as problemáticas que envolvem os edifícios de tipo religioso com origem ou influência islâmica, ver: José Pires GONÇALVES, *A Cuba de Monsaraz*, Septª *A Cidade de Évora* n.º 47 (1964), pp. 9-27; IDEM, “Um monumento árabe no arrabalde de Alcântara”, *Palavra* (1979), pp. 5 e 7; IDEM, “As «Arrábidas» de Mértola e Juromenha”, *Anais da Acad. Portuguesa da História*, II série, vol.27 (1981), pp. 9-40; IDEM, “Um Oratório Muçulmano do Tipo Morábito no Termo de Terena”, *Palavra* n.º 193 (1983), pp. 1 e 13-16; Artur Goulart de Melo BORGES, “As *Kubbas* Alentejanas. Monumentos de origem ou influência muçulmana no Distrito de Évora”, *Actas do Congresso sobre o Alentejo*, Beja, Associação dos Municípios do Distrito de Beja, 1985, vol.I, pp.98-109; Rui CARRETEIRO, «*Cubas*» no Alentejo - Trabalho de Levantamento no Distrito de Évora: concelhos de Alandroal, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Portel e Viana do Alentejo, III vols., Universidade de Évora, 1997, Trabalho Final do Curso de História (Património Cultural), policopiado; vol.I - levantamento topográfico e tipológico; vols. II e III - levantamento fotográfico.

10 Aliás *qubba* significa literalmente “cúpula” (Federico CORRIENTE, *Diccionario Arabe-Español*, 2ª ed., Madrid, IHAC, 1986, p. 604).

11 Sobre as entradas “em cotovelo” a castelos e fortalezas, e a sua especial incidência nos períodos almorávida e almóada, ver Leopoldo TORRES BALBAS, “Las Puertas de Recodo en la Arquitectura Militar Hispano-Musulmana”, *Al-Andalus* XXV (1960), pp.419-41.

12 A.F.BARATA diz: “*Abertas em cal tem em mais de um ponto inscrições illegíveis*” (cf. *ob.cit.*, p.13). Conhecedor de latim e de algo de grego, conhecia também a grafia árabe (cf. Gil do Monte, *Dicionário Histórico e Biográfico de Artistas Amadores e Técnicos Radicados em Évora*, II vols, Évora, 1974, vol. A-L(I), p.22, n.1), pois tratou e inventariou algumas lápides epigrafadas em árabe (cf. *Catálogo do Museu Archeológico da Cidade de Évora*, Lisboa, Imp. Nac., 1903, pp. 25-26, 36 e 45); assim, é possível que a informação relativa às inscrições lhe tenha chegado através de terceiros que desconheciam completamente os caracteres em causa.

13 Esse muro foi construído para servir de apoio às construções do século XVI.

14 Sobre os vários tipos de caligrafia árabe, v.Yasin H. SAFADI, *Islamic Calligraphy*, Londres, 1978 (< *apud* Robert Hillenbrand, *Islamic Art and Architecture*, Londres, Thames & Hudson, 1999, para a caligrafia andalusí/maghribí v. pp.176-77).

15 Cf.T.ESPANCA, *Patrim. Art. do Conc.º de Évora*, p.171; IDEM, *Inv. Art.de Portugal - Conc.º de Évora*, p.380. Sobre as questões da origem islâmica do gótico francês, ver Leopoldo TORRES BALBAS, “La Progenie Hispanomusulmana de las Primeras Bóvedas Nervadas Francesas y los Orígenes de las Ojivas”, *Al-Andalus* III (1935), pp.398-410; IDEM, “Origen Árabe de la Palabra Francesa «Ogive»”, *Al-Andalus* VIII (1943), pp. 475-83.

16 Os Almóadas (< *al-muwahhidûn*) são “os que professam a Unidade Divina” (cf. F. CORRIENTE, *Dic.Ar.-Esp.*, p.824). Atendendo a que a inscrição maior versa precisamente sobre a Unidade Divina, enfatizada mesmo com a precisão de que não há “outro” na Divindade, atribuímos-lhe essa origem. A época almóada, no espaço português, durou sensivelmente entre 1156 e 1225. Relativamente a este espaço entre Évora e o Guadiana, a conquista cristã terá sido entre 1230, data da conquista de Juromenha, e 1232, data da conquista de Moura (Para estas datas e factos, cf. António Gorges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, caminho, 1989, vol. 2, pp.41-42).

17 “Fortaleza; forte”(F.CORRIENTE, *Dic.Ar.-Esp.*, p.277).

18 “Oratório; ermitério”(Idem, p.339).

19 Sobre a presença de ascetas-guerreiros em Juromenha no período em causa, ver António REI, “Os Castelos entre o Odialuiciez e o Odiana (713-1298)”, *Actas dos Colóquios «Castelo do Alandroal-VII Séculos»*, Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª Conceição, 2001, p.9-22; IDEM, “Juromenha, 713-1230 - Memórias Castrenses do Período Islâmico” (Conferência feita em Juromenha em Julho de 1999), Estremoz, *Brados do Alentejo*, 7 Abril 2000, p.10. Ver ainda J.P.GONÇALVES, “As «Arrábidas» de Mértola e Juromenha”, cf. supra n.4; Fernando Branco CORREIA, “O castelo de Juromenha - influências islâmicas e cristãs”, Vila Viçosa, *Callipole* n.º 2, pp.27-42; IDEM, “Espaços fortificados de Época e Influência Islâmica na Margem Direita do Curso Médio do Guadiana”, *Bataliús - El Reino Taifa de Badajoz - Estudios* (ed. F. Díaz Esteban), Madrid, Letrúmero, 1996, pp. 77-88.

20 Os alquiezes eram as marcas - padrão que serviam para regular as medidas lineares ou de comprimento, num determinado espaço. Ver António REI, *Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal -Notas para o seu Estudo*, Évora, Câmara Municipal de Évora/Projecto Chão/Casa da Balança, 1998, p.7.

21 Foi esta tipologia dos merlões que fez com que Túlio Espanca categoricamente atribuisse este Castelo aos meados do século XIV, cf. *Património Artístico do Concelho de Évora*, p.171.

22 Júlio César BAPTISTA, “A Fundação de Montoito”, *A Cidade de Évora* n.º 59 (1976), pp.109-145, p.112. Manuel BRANCO entendeu ser o doador do foral e o filho de João Peres de Aboim uma e a mesma pessoa (cf. “Memória Descritiva...”, p.1).

23 *Idem*, p.125.

24 *Idem*, p.126; A.F.BARATA, *ob.cit.*, p.12; *GEPB*, entrada “Valongo”, vol.34, pp.49-50, p.49; Montoitense anónimo, *ob.cit.*, p.19.

25 J.C.BAPTISTA, *ob.cit.*, pp.126-27; Montoitense anónimo, *ibidem*; T.ESPANCA, *Pat.Art.Conc.º Évora*, p.170.

26 Luís Filipe Lindley CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV vols., Lisboa, Acad.Port.da História, 1952. O vol. I tem a biografia do Conde D.Pedro; J.C. BAPTISTA, *ob.cit.*, pp.127-28.

27 A.F.BARATA, *ob.cit.*, p.12; J.C.BAPTISTA, *ibidem*; Montoitense anónimo, *ibidem*.

28 J.C.BAPTISTA, *ob.cit.*, pp.128-29.

29 T.ESPANCA, *Inv.Art. Portugal - Distrito de Évora[Concelho de Redondo]*, Lisboa, ANBA, 1978, Vol.I, p. 331.

30 A.F.BARATA, *ob.cit.*, p.12; T.ESPANCA, *Pat.Art.Conc.º Évora*, p.170.

31 *Idem*.

Nota final-As figuras infra n.ºs. 2 e 8 provêm de fotografias amavelmente cedidas pelo Dr. Rui Arimateia, a quem agradeço.

Quadros

Informações métricas e construtivas existentes na Bibliografia consultada

autor / obra	data publ.	planta	alçados	espessura
G. Pereira	1887	"quadrado com 60 metros ao lado"	"as chuvas descarnaram as paredes, vê-se claramente a sucessão da construção"	"espessas muralhas"
A. F. Barata	1904	"quadrado talvez com 40 metros por banda"	"torre[...] de uns 30 metros de altura"	- - -
"Mont. Anón"	1929	"em quadrado com 40 metros de lado mais ou menos"	"as suas paredes medem uns 20 metros de alto"	"2 metros de espessura"
GEPB s.v. Valongo	1935ss.	"a planta do castelo é quadrada com várias dezenas de metros de lado"	- - -	- - -
s. v. Montoito	idem	"é um quadrado de 60 metros de lado"	- - -	"Limitado por fortes e grossas muralhas"
T. Espanca	1957	"quadrilátero de 43,35mx43,2m"	"A grande torre[...], passante de 15 metros de alto"	"forte muro de alvenaria"
	1966	"quadrilátero de 43,35mx43,2m"	- - -	- - -
Mário Saa	1964	"em quadro"	"torre com 13 metros de altura"	- - -
M. Branco	1993	"planta quadrada"	- - -	- - -

Unidades de conversão utilizadas

- [PR] pé romano (29,57 cm)
- [CAP] côvado andalusi (55,8cm) / português (55,5cm)
- [CM] côvado manuelino

Levantamento Métrico
- Resultados obtidos-

1) Período Romano

Nos quadros relativos a este período apresentamos os resultados, figurando apenas a maior e a mais pequena das dimensões de um mesmo elemento; todas as variações encontradas situam-se entre ambos os dados.

Dimensões gerais da planta

	+	-
lado exterior total	43,77m (=150 PR / 29,2cm)	43,41m (=150 PR / 28,9cm)
lado exterior entre torres	26,42m (=90 PR / 29,4cm)	26,14m (=90 PR / 29,1cm)
lado das torres	8,74m (=30 PR / 29,1cm)	8,62m (=30 PR / 28,7cm)
espaço interno da fortaleza	35,95m (=120 PR / 29,9cm)	35,8m (=120 PR / 29,8cm)

pé médio = 29,3cm

Alçados

	+	-
altura	4,48m (= 15 PR / 29,9cm)	4,37m (= 15 PR / 29,9cm)

pé médio = 29,5cm

Espessuras das muralhas

	+	-
dimensões	1,75m (= 6 PR, de 29,2cm)	1,69m (= 6 PR, de 28,2cm)

pé médio = 28,7cm; na parte romana há um desvio à medida-padrão de +/-0,017m (=5,8%).

2) Período Islâmico

Dimensões da qubba

lado exterior oeste, em planta	13,36m (=24 CAP / 55,6cm)
altura do mesmo lado exterior oeste, em alçado	6,71m (=12 CAP / 55,9cm)
altura interior da qubba, do piso ao fecho da abóbada	5,5m (=10 CAP / 55cm)

côvado médio = 55,5cm

alçado no período islâmico

dimensões	5,53m (= 10 CAP / 55,3cm) (+ 1,1m sobre a parte romana = 2 CAP / 55cm)
-----------	--

Na parte islâmica, o desvio à medida-padrão é de +/- 0,009m (=1,6%)

3) Período Português

Dimensões dos merlões

comprimento	2,35m (=2 CAP / 58,8cm)
altura	1,1 m (=2 CAP / 55cm)
espessura	0,55m (=1 CAP)
espaço entre merlões	0,55m (=1 CAP)
alçado total + merlões	6,63m (=12 CAP de 55,3cm)

côvado médio = 55,8cm ; com um desvio à medida-padrão de +/-0,038m (=6,9%).

Torre de menagem

altura	13,35m (=20CM / 66,8cm)
--------	-------------------------

Paredes do lado norte (andar superior)

vãos das janelas	1,3m (=2 CM / 65cm)
------------------	---------------------

Habitacões arruinadas do lado norte

divisão maior (do paço)	
comprimento	15,6m (=24 CM / 65cm)
largura	4m (= 6 CM / 67cm)
espessura do muro entre o paço e a habitação menor contígua	0,97cm (=11/2 CM / 65cm)
habitacões menores (de serviçais)	
comprimento	4,5m (= 7 CM / 65 cm)
largura	4m de largo (=6 CM / 67cm)
espessura do muro entre habitacões menores	0,65m (= 1 CM)

côvado médio = 66cm; com um desvio à medida-padrão de +/- 0,02m (=3%).

Apêndice

Proposta de algumas unidades de conversão
- do período romano até à introdução do sistema decimal -

Período Cronológico	Duração aproximada	Unidade métrica
Período Romano-Germânico	séc. I - 711	pé romano (=29,57cm)
Período Islâmico I	711 - 840?	possível subsistência da métrica romana
Período Islâmico II	840? - 1250	côvado rashshâshi (=55,8cm)
Período Português I	1145 - 1499	côvado português (=55,5cm), para constr. militares e laicas ¹
Período Português II	1499 - (1814) ² 1852	côvado manuelino (=66cm) ³
Período Português III	1852 - ...	metro decimal

Notas ao Quadro

¹) Para o Período Português I, são exceções as Construções Religiosas - do Romântico e do Gótico. Com origem além-Pirinéus, as ordens construtivas que para cá trouxeram os estilos trouxeram as suas próprias métricas, com módulos próprios, geralmente franceses (usando o pé real ou "pied du roi" >32,5cm). Estas realidades métricas de origem francesa, já foram constatadas por Virgolino Jorge, no que diz respeito a, pelo menos, duas construções cistercienses em Portugal, nomeadamente a Igreja de São João de Tarouca e a Abadia de Alcobaça. (cf. respectivamente Virgolino F. Jorge, "Arquitectura, Medida e Número na Igreja Cisterciense de São João de Tarouca (Portugal)", *Cistercium*, 208 (1997), pp.431-456; e IDEM, "Espaço e Eritmia na Abadia Medieval de Alcobaça", *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 93, 1999, pp.3-20+ 7p. gravuras)

²) A data entre parêntesis refere-se à primeira reforma ou tentativa de reforma de tipo decimal em Portugal. Foi ordenada pelo príncipe regente D. João, futuro D. João VI, em 1814. Pelas circunstâncias sociais e políticas daquele período conturbado (o país devastado pelas Invasões francesas; a corte e o governo do Reino retirados no Brasil; e Portugal sob protectorado inglês), esta reforma não deverá, na prática, ter saído do papel e das intenções "esclarecidas" do príncipe e de alguns dos seus próximos colaboradores. Ver António REI, *Pesos Medidas...*, pp.25-26.

³) A origem métrica do côvado manuelino coloca-nos perante duas possibilidades de explicação: 1) ou tratar-se-á da adição de 1/5 do valor do anterior côvado de 0,55m (este facto de acrescentar a algumas medidas o valor de 1/5 da medida anterior, é constatável na Reforma Manuelina), ou seja 0,11m, passando o côvado reformado aos 0,66m; 2) ou poderá tratar-se do valor de dois pés reais de 0,325m ou 0,33, o que perfaria sensivelmente o mesmo valor de 0,66m.

Levantarmos a questão também porque o côvado manuelino nunca foi um submúltiplo directo da vara, desde 1499 até 1852. Trata-se, pois, de questão a confirmar posteriormente.



Fig.1 - Localização e acessos do castelo de valongo



Fig.2 - Vista geral do castelo. Notam-se na torre de menagem os diferentes períodos de construção pelas diferentes colorações da pedra.

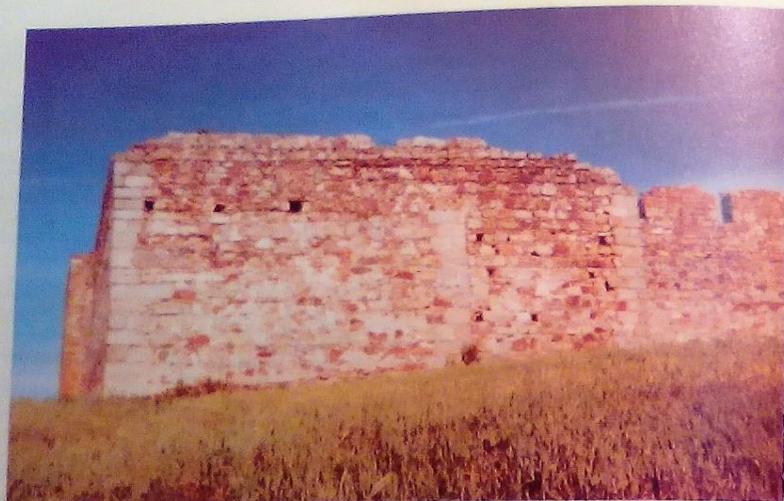


Fig.3 - Alçado oeste da qubba.
Nota-se a primitiva torre romana e os acrescentos do periodo islâmico

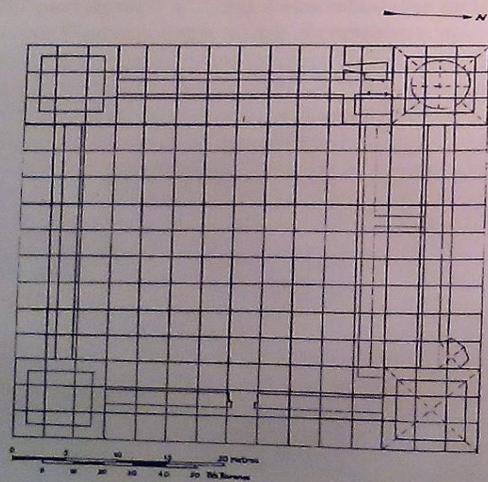


Fig.4 - A planta do castelo inscrita numa quadricula de 10x10 pés romanos.

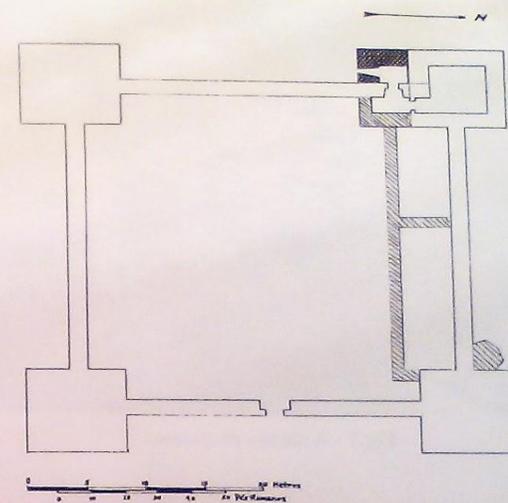


Fig.5 - Nesta planta o quadriculado indica as alterações do periodo islâmico.
O tracejado, as alterações do inicio do século XVI.



Fig.6 - Alçado norte da muralha onde se notam alterações do inicio do século XVI.



Fig.7 - A cúpula da *qubba*.

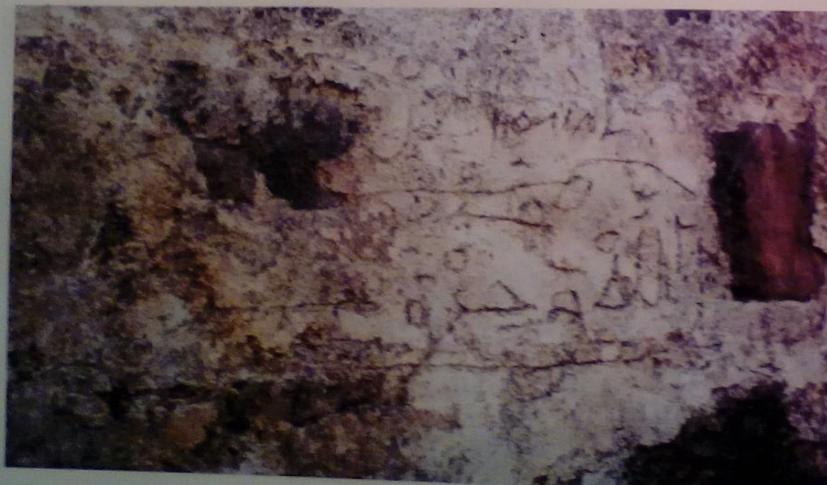


Fig.8 - A maior inscrição árabe existente na *qubba*.